



Acta nº 10

Aos vinte e dois dias do mês de Julho de 2011, reuniu-se na Creche “A Tartaruga e a Lebre”, situada na Rua Carlos Mayer, Nº 4, em Lisboa, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo 38º, alínea 2, dos presentes Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Único – Análise e Reflexão do momento Institucional -----

Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia à hora marcada, a mesma teve lugar uma hora depois, pelas vinte e uma horas, conforme o artigo 43º, nºs. 1 e 2 dos Estatutos. -----

À hora marcada o Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, estando presentes na sala 51 sócios efectivos. -----

Antes de colocar à aprovação o conteúdo da convocatória, pediu a palavra o associado Mário de Almeida, para manifestar a sua estranheza por a convocatória não ter sido assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral e também devido à solicitação de os associados endereçarem os pedidos de esclarecimentos à Direcção com a antecedência de 48 horas relativamente ao início da Assembleia. A este último propósito argumentou que os associados não têm conhecimento de todos os assuntos da organização e, por isso, não lhes é possível formular antecipadamente os aludidos pedidos de esclarecimento.-----

Antes de dar resposta a esse associado o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o conteúdo da Convocatória da Assembleia Geral Extraordinária – que fica apensa a esta acta número 1 -, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Esta Convocatória foi publicada, nos termos do disposto no artigo 42, nº. 2, dos Estatutos, nos jornais diários “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias”, do dia 22 de Julho de 2011, tendo ficado apensas a esta acta exemplares da respectiva edição dessas publicações, com os números 2 e 3.-----

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou então a esclarecer que, a pedido do Sr. Presidente da Direcção da APPACDM de Lisboa, agendou a presente Assembleia Geral Extraordinária mas, como se encontrava fora de Portugal, a convocatória teve de ser assinada pelo Sr. Vice-presidente da Mesa. Relativamente à outra questão colocada pelo associado Mário de Almeida começou por sublinhar que as Assembleias são o local indicado para os associados verem as suas dúvidas esclarecidas, saudando a participação dos associados e incentivando os que têm uma menor participação a que o façam com maior regularidade. Contudo, acrescentou que, porque por vezes são colocadas questões muito complexas, de cariz eminentemente técnico ou que carecem de informação que normalmente não é solicitada, tem sido sugerido que, nesses casos, os pedidos de esclarecimento sejam formulados com antecedência, por forma a que a Direcção possa recolher a informação necessária a prestar a informação pretendida. Explicou também que, desta forma, poderão ser exaustivamente respondidas todas as questões colocadas, evitando-se que alguns associados ocupem demasiado o tempo da Assembleia – impedindo a participação de outros associados – através da longa formulação dessas questões ou que alguns pedidos de esclarecimento fiquem sem resposta imediata e tenham de voltar a ser abordadas noutras assembleias. Finalmente e ainda a propósito deste assunto, voltou a sublinhar que se trata de um pedido e que o mesmo jamais prejudicará a possibilidade de os associados exercerem o seu legítimo direito de colocarem durante a Assembleia as questões que entenderem formular.-----

Por outro lado, também ainda antes de dar início à discussão do assunto que consta da ordem de trabalhos e para reforçar o que acima ficou exarado, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia recordou que também em anteriores assembleias tinha ficado decidido a remessa de rascunho da acta das assembleias para os associados presentes, para que a pudessem ler e apresentar as suas propostas de alterações, e que só posteriormente a acta seria transcrita no respectivo livro. Também este procedimento não é uma imposição legal mas, como não há nada que o impeça, assim tem acontecido, a bem da transparência e da democraticidade da vida da nossa instituição.-----

Pediu a palavra o Associado Mário Matos para dizer que, por um lado, a acta da última Assembleia mandata a mesa para elaborar e aprovar as actas, sugerindo, por outro lado, que o procedimento de divulgação prévia do rascunho das actas fosse feito no sitio da associação e fosse tanto o objecto de decisão da Assembleia.-----

Hauco
Heloá

O Sr. Presidente da Mesa informou os presentes que no início de cada mandato a Assembleia tem efectivamente dado um voto de confiança à mesa para elaborar as actas – que assim fica dispensada da sua leitura na assembleia seguinte – mas que tal não obsta ao procedimento atrás referido. Contrariamente, a presente mesa não considera adequado vincular futuros órgãos sociais ao procedimento (legalmente não obrigatório) de fazer circular previamente um rascunho da acta antes de a exarar no respectivo livro. -----

Retomando a ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa referiu que, a pedido da Direcção, foi agendada a Assembleia que tem um ponto único de agenda, mas que se desmultiplica em onze sub-pontos. Assim, propôs que estes onze sub-pontos fossem abordados um a um, começando-se com uma apresentação da Direcção e seguindo-se depois para um período de apresentação de questões pelos associados que teriam finalmente os devidos esclarecimentos por parte da Direcção.-----

Por outro lado referiu que, depois de ter convocado esta Assembleia Geral, recebeu uma comunicação da Direcção a informou que gostaria de perceber se a Assembleia concorda com a sua actuação neste seu mandato e de saber se este órgão social pretende ou não a sua continuidade em funções. Ou seja, a Direcção pretende obter um voto de confiança por parte da Assembleia para se sentir legitimada para prosseguir com a sua tarefa. Caso não obtenha tal voto a Direcção preferiria que se antecipasse o respectivo processo de eleição. O Sr. Presidente da Mesa referiu que considera ser de louvar a atitude de abertura e de democraticidade da Direcção, sublinhando que os tempos difíceis com que nos deparamos exigem uma relação de confiança acrescida entre os corpos sociais, bem como que os associados criem condições para que a Direcção possa desempenhar as suas tarefas. Por isso e aceitando o pedido que lhe foi formulado após o envio da convocatória desta Assembleia, no final do debate irá colocar à votação o aludido voto de confiança à Direcção -----

Finalmente e ainda antes de entrar na discussão dos onze sub-pontos acima referidos, o Sr. Presidente da Mesa informou que, como muitos dos presentes sabiam, faleceu a Sra. D. Maria Teresa Soares Franco, associada honorária e mãe de dois membros dos actuais órgãos sociais da APPACDM de Lisboa. Assim e para honrar a sua memória, pediu à Assembleia que fizesse um minuto de silêncio e propôs que se consignasse em acta um voto de pesar o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Direcção para a abordagem das aludidas questões ponto a ponto, o que ocorreu da seguinte forma. -----

Ponto um – POPH (Programa Operacional Potencial Humano): foi referido que, como é do conhecimento de todos, estão a decorrer as obras no Lar da Alapraia, em S. João do Estoril, desde 2008, e esta obra movimenta cerca de 1.400.000€ (1 milhão e quatrocentos mil euros). A organização tem contado com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, que contribuiu com o montante de 440.000€. Em 2009 / 2010 foram publicadas novas regras do POPH e por sua vez aquele programa começou a criar dificuldades a situações que anteriormente já estavam aprovadas. A notificação do POPH da decisão de aprovação só foi emitida em 17/09/2009 e, nesse momento, a obra já estava em curso, sendo de realçar a ajuda da Câmara e de alguns mecenas. Houve grandes dificuldades e constataram-se algumas divergências concursais entre a organização e o POPH na realização dos concursos públicos. Contudo, a organização achou por bem proceder sempre com total transparência em todo o processo. Estamos confiantes que até final de Julho o POPH venha a proceder ao pagamento e que até ao final do ano corrente a obra esteja concluída e pronta para a sua inauguração. -----

De seguida pediu a palavra o associado Mário Matos para perguntar se a verba do POPH foi lançada na conta 27 de deferimentos e se será financiada conforme está estipulado no POPH. O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Revisor Oficial de Contas que esclareceu o associado que a verba deste programa está contabilizada nessa mesma conta e será com toda a certeza paga porque está contratualizada. Depois o Sr. Presidente da Direcção disse que apesar do POPH estar a questionar diversas deliberações, as mesmas têm sido resolvidas pelo gabinete jurídico da Associação. -----

Pediu seguidamente a palavra o vogal da direcção João Dias para esclarecer que o que falta ainda aprovar pelo POPH é o sistema do AVAC (ar condicionado) e que após este procedimento podemos concluir que a aprovação foi de 100%. Mais disse que as divergências ocorridas deveram-se também a alterações ao Código de Contratação Pública. -----

Ponto dois – Passagem do Acordo Atípico para Acordo Típico na Creche: O Sr. Presidente da Direcção informou os presentes que naquele mesmo dia, à tarde, tinha ocorrido uma reunião na

Assinado
Heloisa

Segurança Social e que aquele momento foi incomodativo. A Creche tem sido alvo de sucessivas visitas de acompanhamento por parte das Técnicas da Segurança Social, donde resultaram algumas recomendações, sendo essas satisfeitas em parte mas, claro, com custos para a Associação. De referir que as técnicas da Segurança Social foram muito compreensivas nessas visitas, realçando que o papel desta creche em particular é muito importante, pela sua especificidade, mas quando nos sentamos em redor de uma mesa para falar na actualização dos acordos, deparamo-nos com algumas restrições sendo que as orientações da S.S são no sentido de uniformizar as creches em geral. Foi-nos dada a informação de que o corte das verbas não será imediato mas irá acontecer num futuro muito próximo, provavelmente em Setembro. Contudo, estamos a negociar uma situação intermédia e foi solicitada uma audiência ao Sr. Dr. Edmundo Martinho, Presidente do Instituto da Segurança Social, no sentido de se tentar adiar por mais algum tempo esta mudança tão brusca e com efeitos muito negativos para a organização. Na passagem do acordo atípico para típico não se poderá continuar com os apoios técnicos que temos tido até agora, nomeadamente as terapias e a psicologia. Como vamos resolver esta situação? O que fazemos aos técnicos? -----

Pedi a palavra o vogal da direcção João Dias para esclarecer que anteriormente, já em 2004, a organização tinha recebido essa chamada de atenção e que não procedeu à redução de custos de acordo com o pretendido. Referiu também que a rede de creches que existe presentemente não é a mesma de há alguns anos atrás e que agora também as outras consideradas atípicas têm que dar respostas às necessidades existentes. Também salientou que, tendo em conta a situação do País, há orientações claras do Ministério das Finanças para serem cortados os acordos atípicos. -----Pedi a palavra a associada Teresa Morgado para dar mais alguns esclarecimentos sobre a reunião com a Segurança Social e referir que as outras creches não têm as condições nem as particularidades que esta creche tem, pois atende neste momento cerca de 12 bebés com deficiências das mais variadas.-----

Ponto três – Tipificação dos Acordos: O vogal da direcção João Dias informou os presentes de que há ordem expressa para cortar nos acordos atípicos e conseqüentemente para sua revisão. Ou seja, os valores que estejam acima do tipificado deverão baixar. Mais disse que há a perspectiva de que este novo Governo possa recuar nestas medidas. -----

Ponto quatro – Comparticipação familiar para doze meses do ano: O Sr. Vice-presidente da Direcção referiu que com os cortes nos acordos atípicos, a Associação irá receber menos 479.000€ e, por conseguinte, estão a analisar a possibilidade de as famílias virem a pagar doze meses em vez de onze de comparticipação familiar. ----- Usou da palavra o vogal da direcção João Dias para informar que, acontecendo o corte nos acordos, terá que haver uma redução de custos no pessoal e, por conseguinte, a Direcção já solicitou a todas as Directoras Adjuntas a análise sobre as disponibilidades do pessoal. ----- Ainda neste assunto pedi a palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal João Pavão Nunes para questionar se a cobrança deste 12º mês seria suficiente para cobrir a necessidade. O Sr. Vice-presidente esclareceu que não será suficiente mas que, em conjunto com as Directoras Adjuntas, se irá ponderar várias situações, pois nenhuma organização resiste ao peso de 73% de despesa em custos com pessoal.--- Pedi a palavra o associado Mário Matos para dizer que é gravíssimo a redução dos acordos e o que for possível reduzir tem que ser reduzido, como por exemplo o nível de exigências do Estado. Acrescentou que outra questão importante é que a associação presta serviço a pessoas e há que ter isso em conta. Também referiu que no ano anterior houve uma redução de pessoal na ordem dos 6% e uma redução de custos na ordem dos 0,2%. Referiu finalmente que não tem sentido esforço por parte da Associação para, junto da Segurança Social, resolver a situação. O Sr. Vice-presidente da Direcção esclareceu que em 2010, quando foram despedidas algumas pessoas, a organização teve que pagar indemnizações, quantia essa que se reflecte ainda neste ano de 2011. -----

Ainda referente a este assunto pedi a palavra o Revisor Oficial de Contas Dr. Patrício Cruz para dizer que, apesar de não competir ao ROC estar presente na Assembleia Geral, queria esclarecer que o montante das indemnizações ainda se vai reflectir neste ano, na rubrica custos com o pessoal, daí não existir ainda a diminuição desta rubrica. -----

Ponto cinco – Desdobramento do CAO 2 da Júlia Moreira – Ajuda: A vogal da Direcção Teresa Pinto Coelho informou que aconteceu o desdobramento do acordo da Júlia Moreira, pelo que houve alguns clientes que se mudaram para a Ajuda. Porque houve redução do número de crianças em Sócio-Educativo e o espaço ficou vago. Como a Júlia Moreira estava muito cheia e o Bloco da Ajuda com

[Handwritten signatures and initials]

espaço vago foi negociado com a Segurança Social a transferência para o espaço da Ajuda de jovens da Júlia Moreira. Informou finalmente que, depois desta mudança, constatou que o funcionamento melhorou e que todas estas questões foram discutidas com os familiares.-----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para saber quantos jovens se mudaram para a Ajuda tendo sido informado que foram 20 jovens. -----

Ponto seis- Aumento das quotas dos Associados: O Sr. Vice-presidente da Direcção referiu que a organização tem 900 associados e que as respectivas quotas representam 0,35% do orçamento global anual. A quota mínima é no montante de 15€ por ano e a proposta da Direcção seria de duplicar este montante e lançar uma campanha de cada associado trazer outro associado. -----

Pediu a palavra a associada apoiante Liliana Seabra Pereira para questionar a Direcção no sentido de saber se os pagamentos das quotas estavam a ser realizados e se a tesouraria estava a fazer algum esforço nesta cobrança. A vogal da Direcção Anabela Marques esclareceu que é enviado um mailing para os associados duas vezes por ano e que é muito difícil a cobrança dos atrasos, não havendo retorno dessa chamada aos associados. Informou ainda os presentes de que existe uma dívida de cerca de 22.000€ em quotas atrasadas.-----

Antes de avançar para o ponto seguinte o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou que a convocatória para a Assembleia Geral só é válida até às vinte e quatro horas e tendo em conta o avançado da hora propõe à Assembleia Geral que autorize a continuação da mesma, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade. -----

No ponto sete – Efeitos da subida provável do IVA na Instituição: A Vogal da Direcção Anabela Marques esclareceu que a subida do IVA será um problema para a Instituição, tendo em conta a sua natureza fiscal. O IVA é um imposto suportado na íntegra pela organização, não havendo lugar a sua restituição. Realçou que a organização pôde pedir a restituição do IVA referente à Obra de Alapraia porque era uma obra em curso que começou em 2008 e que as novas medidas do Orçamento Geral do Estado de 2011 permitiam a sua devolução na íntegra. Referiu também que, no futuro, as novas obras e aquisição de equipamento não serão contempladas.-----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para saber se a associação não irá cobrar IVA pelos serviços prestados. O vogal da Direcção João Dias esclareceu que estão a decorrer negociações com este governo no sentido de se reduzir o IVA em virtude de não haver actualização dos acordos. No entanto, a cobrança do IVA aos nossos clientes seria complicada e que essa proposta foi rebatida por nós, organizações. -----

Ponto oito - Controlo orçamental: O Sr. Vice-Presidente Nuno Soares Franco esclareceu que uma das medidas mais importantes que esta Direcção tem tomado é a do controlo orçamental. Na elaboração do orçamento anual são tidas em conta as propostas apresentadas pelas Directoras Adjuntas, relativamente a cada Centro. Posteriormente a Direcção envia um ficheiro onde é efectuado todo o controlo, quer ao nível das receitas, quer ao nível das despesas e até do absentismo. Concluiu referindo que no início foi complicado instituir estes procedimentos mas que actualmente a situação está muito melhor. -----

Ponto nove – Pagamentos aos fornecedores: O Sr. Vice-Presidente Nuno Soares Franco esclareceu que a organização nunca falhou os compromissos com os seus fornecedores, mas neste momento encontra-se em falta o pagamento de uma única factura e, não havendo disponibilidade de tesouraria, teríamos de aguardar que o POPH nos consiga pagar os pedidos já feitos de pagamento de saldo. Nesta situação a Direcção teve de ponderar se devia pagar a factura (que era da empreitada da obra de Alapraia) ou os subsídios de férias e optou-se para se pagar os subsídios de férias aos colaboradores por uma questão de bom senso.-----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que este ponto está relacionado com a anterior intervenção, na última Assembleia Geral, onde se confundia o rácio de endividamento e o endividamento. Esta questão não foi abordada pela Direcção, dado que as contas de exploração já tinham sido aprovadas numa outra Assembleia -----

No ponto dez – Qualidade: O Sr. Vice-Presidente Nuno Soares Franco esclareceu que o ano de 2010 foi um ano complicado e trouxe mais trabalho, mas esse trabalho permitiu organizar e monitorizar todo o trabalho desenvolvido na organização. Referiu que, de seis em seis meses, vamos ter caracterizadas as ocorrências surgidas. Os parceiros e clientes respondem aos inquéritos de satisfação e é elaborada a avaliação de desempenho dos colaboradores. -----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que a avaliação de satisfação é útil mas com a



2016 | 37
Membros
Helena

certificação de qualidade acaba por existir a descriminação pela positiva, o que não responde, por vezes, à condição de cliente. -----

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa para exprimir que esta assembleia está a revelar o que na realidade este espaço é, ou seja, o lugar indicado para os associados manifestarem as suas dúvidas e serem esclarecidos. -----

No ponto onze – Diversos: A associada Paula Abranches Pinto pediu a palavra para dizer que a APPACDM é muito pouco falada e pouco conhecida pelo que tem de surgir um projecto que dê mais visibilidade e apoio à organização, como acontece, por exemplo, no Projecto Arredonda. -----

O associado Mário Matos pediu de novo a palavra para dizer que foi dada uma resposta insuficiente em relação ao Relatório de Contas de 2010 e faz uma chamada de atenção para que os resultados daquele relatório sejam olhados de outra forma e que a Direcção reflectisse sobre este facto. -----

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa para sublinhar que tem havido o máximo de liberdade para os associados colocarem as questões que entendem bem como para manifestarem as suas posições mas no que concerne ao Relatório de Actividades e Contas de 2010 não compreende a posição do associado Mário Matos já que aquele documento tinha sido discutido na última Assembleia Geral – na qual aquele associado esteve presente – e foi aprovado por unanimidade. Por isso e dado que tal documento já foi entregue na Segurança Social trata-se de assunto encerrado. -----

Depois o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, apesar da proposta do voto de confiança à Direcção não se encontrar nos pontos de agenda, dado que essa é uma decorrência da “análise e reflexão sobre o momento institucional” (justamente o ponto que constava na convocatória) e uma vez que recebeu daquele órgão social uma comunicação a colocar o lugar à disposição depois de ter sido remetida a convocatória para esta Assembleia, considera ter o dever e a obrigação de, enquanto Presidente da Mesa, dar seguimento a este assunto. Assim e fazendo notar que esta foi uma das Assembleias Gerais com maior número de associados presentes e que teve maior participação e debate, propôs novamente que se votasse um voto de confiança à Direcção, para assim se poder compreender se esse órgão social tem condições para continuar a desempenhar as suas funções.-----

Posto isto o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de se apresentar um voto de confiança à Direcção, tendo sido a proposta aprovada com cinco votos contra, duas abstenções e com 44 votos a favor. Assim sendo, foi aprovado por maioria. -----

De seguida pediu a palavra a associada Liliana Seabra Pereira para dizer que a Direcção está eleita e a avaliação do seu mandato deverá ser feita no fim do seu mandato e em sede própria.-----

Pediu a palavra a Secretária da Mesa da Assembleia Geral Maria Helena Colaço para solicitar à associada que acabou de ter a intervenção que informe que categoria de associada possui, tendo a mesma dito que é Associada Apoiente. Em resposta a secretária da Mesa da Assembleia Geral informou a associada que não pode apresentar a declaração atrás expressa por ser associada apoiente.-----

Em seguida o associado Mário Matos assumiu a declaração de voto apresentada pela associada Liliana Seabra Pereira. -----

Pediu finalmente a palavra o associado Mário Almeida para dizer que esta votação é descabida. -----

Findo o período de discussão o Sr. Presidente da mesa colocou à votação um voto de confiança à Direcção tendo o mesmo sido aprovado por com três abstenções e 48 a favor.-----

Por fim e não havendo mais nenhuma intervenção por parte dos associados, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos, deu por encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo-se lavrado a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Membros da Mesa presentes. -----

Presidente

Mário Almeida

Vice-Presidente

Miguel António Soares

Secretária

Helena Andrade Colaço



www.emilobraga.com